

METAENUNCIÇÃO E REFERENCIAÇÃO – UMARIMA INTERCALADA

Julienne da Silva Barros
Departamento de Letras
UFRP
Recife - PE

Resumo: O objetivo, neste trabalho, é aplicar a Teoria da Referenciação ao estudo de fenômenos metaenunciativos, como as intercalações marcadas por parênteses, travessões ou deslocadas para o rodapé, que, mesmo não sendo um daqueles itens ou daquelas expressões que conduzem o processo referencial em um texto, como os pronomes e as descrições definidas, por exemplo, fazem um movimento referencial, não só no interior do texto, mas deste ao exterior que o constitui. Como consequência, duas conclusões são possíveis: a discussão sobre a referência fica empobrecida se situada apenas no interior dos estudos sociocognitivos; a Linguística Textual pode ampliar seu horizonte de atuação se acolher reflexões da Análise do Discurso.

Palavras-chave: Metaenunciação; referenciação; texto-discurso.

Abstract: It's my intention, in this work, to apply the Referentiation Theory to the study of metaenunciative phenomena. These are constituted by the insertions marked in parentheses, by dashes and the ones moved for the baseboard, that, even not being one of those items or of those expressions that drive the referential process in a text, as the pronouns and the defined descriptions, for example, make a referential movement, not only inside the text, but from it to the exterior which it comes from. As a result, two conclusions are possible: the discussion on the reference is impoverished limited by socio-cognitive studies; Textual Linguistics can enlarge its performance horizon if it accepted the reflections from Discourse Analysis..

Key-words: Metaenunciation; referentiation; text-discourse.

1. Considerações iniciais

Há trabalhos em que tratamos de explicitar relações; mas não será este o empreendimento aqui: trata-se ainda de propor uma relação, para apreciar um fenômeno, mesmo que o preço seja uma certa descaracterização da teoria a que farei apelo. Não sei se a análise de um fenômeno paga tal pena, mas, se o risco se faz presente, é um sintoma de que ou o fenômeno é mais complexo do que parece ou a teoria não está ainda consolidada – o que, aliás, deveria ser um estado desejável para as teorias. Sem pretender aqui duvidar da eficiência do que quer que seja, muito menos pressupor que as teorias devam ou possam servir à análise de quaisquer fenômenos, num totalitarismo im procedente, devo dizer que me interessa – apenas – afirmar a complexidade de um determinado fenômeno e pedir licença a uma teoria para experimentar o alcance de seus princípios na análise desse fenômeno.

Este trabalho é, então, uma proposta de articular, no âmbito de uma mesma discussão, questões que possam parecer, a um primeiro olhar, disjuntas: trata-se de relacionar uma discussão que venho fazendo sobre fenômenos metaenunciativos (inserções, digressões e notas de rodapé) aos atuais estudos de referência. Tenho por objetivo pensar essas intercalações no interior da Teoria da Referenciação. Conquanto possa parecer a quem me conhece uma certa atração pelo incerto ou perigoso (o que equivale, em meu falar nordestino, a “Gostar de por a mão em buraco de formiga”), trata-se de uma legítima inquietação teórica. É uma tentativa de aplicar a Teoria da Referenciação ao estudo de fenômenos que, mesmo não sendo um daqueles itens ou daquelas expressões que conduzem o processo referencial em um texto, como os pronomes e as descrições definidas, por exemplo, fazem um movimento referencial, não só no interior do texto, mas deste ao exterior que o constitui e vice-versa. Se, ao fim, não der certo esta tentativa, pagar-me-ei com um outro dito nordestino, que responde ao desfecho do primeiro: “Quem não pode com as formigas não assanha o formigueiro”.

2. Sobre as intercalações

Tenho-me dedicado, há certo tempo, a estudar fenômenos como as chamadas digressões, inserções e notas de rodapé. Numa tentativa de reorientar teoricamente o tratamento desta questão, revendo as conclusões de diferentes estudos anteriores, proponho uma articulação entre fundamentos da Lingüística Textual (LT) e da Análise do Discurso (AD) (BARROS, 2004). Essa interface é justificada por uma hipótese, uma constatação e uma crença, respectivamente: (i) Esses fenômenos são ambíguos, dúbios, e tendem, de um lado, à unidade, de outro, à dispersão, situando-se teoricamente entre o texto e o discurso. (ii) Os estudos não-enunciativos não deram conta dessa questão e mesmo a Análise do Discurso e a Lingüística Textual não o fizeram satisfatoriamente, porque seus fundamentos e objetivos direcionaram o olhar para um lado da problemática envolvida nas intercalações: de uma parte, viu-se nas inserções evidências indeléveis da dispersão

discursiva; de outra, não se pôde deixar de concebê-las como estratégias de textualização, que se direcionam à construção dos sentidos no texto. (iii) Acredito que apenas uma interface entre as duas áreas tornará possível (não a junção das análises anteriores, mas) a proposição de uma outra análise articulando os dois fundamentos.

Este estudo é, dessa forma, uma proposta que visa a atender, de uma parte, às carências da AD no que diz respeito ao fato de ver nesses fenômenos apenas a materialização da heterogeneidade, sem se preocupar com sua articulação no texto; e, de outra, as carências deixadas pela LT, no que concerne à ausência de um enfoque discursivo dessa questão – discursivo no sentido de tematizar a historicidade e considerar, na análise, as pressões e constrangimentos que emergem no ato de produção textual, afetando o dizer.

A proposta de articulação, que aqui se apresenta, permite três atividades imediatas. Rever inserções, digressões e notas de rodapé como variantes de um mesmo processo geral – intercalação –, que, tendo funcionamentos discursivos diferentes, textualizam-se de modos diferentes. Caracterizá-las como fenômenos de metaenunciação (num diálogo com as reflexões de Authier-Revuz), que consistiriam em desdobrar um ponto qualquer da enunciação, “de algum modo especificando-o” (Barros, 2004). Em sendo formas metaenunciativas, redefino-as como o resultado de uma interposição do sujeito no texto – o que caracteriza, em última instância, “um trabalho de constituição de autoria” (BARROS, 2004, p.201).

2.1 Sobre a referência

Não pretendo contemplar a vastidão de pesquisas sobre a referência, mas, na medida em que interessa a esta reflexão, acompanhar a discussão tomando por base apenas o tratamento que lhe fora dado no interior da Linguística Textual. Ocasionalmente, me reportarei à semântica e à filosofia, mas isso se dará a título de contraponto, quando tratar das pesquisas recentes sobre referencialização, pois nelas há uma cisão com os estudos tradicionais da referência.

Na LT, a temática da referência fora desenvolvida, inicialmente, no âmbito dos estudos de coesão. Não se tratava de discutir, em termos semânticos ou filosóficos, a referência, mas de descrever, no interior de um texto, certas estratégias de organização e encadeamento textual que se dão por meio de retomadas e antecipações, caracterizando, portanto, a modalidade de coesão referencial. Trata-se – é como entendo – de uma interpretação, a partir de expedientes morfossintáticos, do modo como se ordena textualmente a estrutura semântica dado/novo, por meio da qual conteúdos já apresentados no texto são retomados ou encapsulados e outros são apontados, antes mesmo que se lhes faça referência.

Um marco nesta discussão é o trabalho conjunto de Halliday & Hasan (1976). De forma geral, eles tratam os itens de referência como “certos itens da língua que em vez de serem interpretados semanticamente pelo seu sentido próprio, relacionam-se a outros elementos necessários a sua interpretação” (conforme resumido em Koch & Fávero,

1983:38). Os autores observam diferentes aspectos relacionados à questão, o que retomarei explicitando os critérios que parecem ter sido utilizados nas classificações propostas. De acordo com a natureza dos elementos gramaticais envolvidos na referência, subespecificam-na em pessoal, demonstrativa e comparativa. De acordo com o tipo de referência feita, se ao interior ou ao exterior do texto, classificam-na em exofórica e endofórica. Dentro da endófora, de acordo com o movimento no interior do texto, se de modo retrospectivo ou prospectivo, diferenciam a anáfora e a catáfora.

Independentemente de quais sejam as questões implicadas nesta proposta de Halliday & Hasan, apenas duas teses me interessam especialmente: (i) fica patente uma noção de referência como co-referência¹ e de anáfora como anáfora direta, por conseguinte; e (ii) pressupõe-se uma concepção de referente como objeto pronto, pontual, a ser retomado anaforicamente ou cataforicamente.

De forma resumida (e nem por isso reduzida), poderia afirmar que o redirecionamento dessas duas teses constitui a tônica dos atuais estudos sobre a referenciação. Mas, antes de entrar nesses estudos (ou como forma de neles adentrar), preciso reconhecer – e isso é devido ao acompanhamento que faço, há certo tempo, à obra de Ingedore Koch – que, mesmo antes de uma visão processual consolidar-se dentro dos estudos sócio-cognitivos, Koch já discute questões relacionadas à referência que indiciam seu reconhecimento em relação à complexidade da questão (a qual, pela forma exposta por Halliday & Hasan, parece ser de uma cômoda simplicidade). Por exemplo, Koch (1998), ao tratar as relações entre coesão e coerência, aponta as dificuldades de separar os conceitos completamente, destacando a necessidade de conceber pontos de inter-relação entre eles. Não por acaso, algumas das razões que a Autora apresenta para pensar as zonas de imbricação entre os dois princípios fundam-se na ambivalência de certos fenômenos textuais que servem, simultaneamente, à coesão e à coerência, pelo empreendimento exigido na construção dos sentidos. Dentre os fenômenos por ela citados, encontram-se a então chamada anáfora semântica ou profunda, a referência por meio de expressões definidas, a ambigüidade referencial e outros. Esses fenômenos exigem um cálculo maior para inferir os referentes e vão muito além da mera relação um a um, posto que exigem conhecimentos enciclopédicos, pragmáticos e outros. Assim, apesar de serem princípios diferentes, há casos – dentre eles, alguns ligados à referência – cuja interpretação exige que se saia do âmbito da coesão e assente-se a reflexão nos pontos de interface entre esta e a coerência.

Não estando apenas na base das discussões sobre coesão e coerência – questão que moveu grandes esforços e polêmicas no interior da LT, até que outras se elevassem como prioridades no desenvolvimento do campo, a referência é um dos pontos que atualmente reafirmam e intensificam o caráter inter e transdisciplinar dos estudos de

¹ Sobre essa questão, reporto-me a Ilari (2001), em cuja obra o autor destaca que os lingüistas da frase e do texto assumem a crença de que por trás de toda anáfora existe uma operação de co-referência.

texto. Com efeito, essa questão tem cimentado um importante movimento dentro da própria LT, fazendo-a, nos últimos anos, assumir uma forte inclinação sócio-cognitivista (o que, é evidente, não retira de seu foco de preocupações as questões de ordem mais pragmática, etnográfica).

Esse movimento fora desencadeado por pesquisadores franco-suíços, como Apotheloz, Kleiber, Berrendoner, Mondada e Dubois², e ganhou expressão no Brasil com Koch e Marcuschi, além de outros, tendo em sua base justamente uma retomada dos estudos de referência, para elucidar questões bastante complexas como as anáforas sem antecedente explícito – anáforas indiretas –, as operações de nominalização e outras. É, então, assumido o pressuposto fundamental de que os processos referenciais são uma atividade discursiva, fruto de operações interativas entre sujeitos, ao passo que o discurso se desenvolve.

Nesse sentido, e por tematizarem primordialmente as anáforas indiretas, aquelas que exigem um cálculo de sentido para extrair o referente a partir de pistas presentes na superfície lingüística, firma-se a contestação às duas teses pressupostas nas considerações de Halliday & Hasan. Nesta nova perspectiva, “a anáfora não é apenas um mecanismo de preservação de referentes [...]” (ILARI, 2001, p.95) e, no caso específico da anáfora indireta, “trata-se de uma estratégia de ativação e não de reativação de referentes, constituindo-se assim, um processo de referenciação implícita” (MARCUSCHI, 2001, p.44). Portanto, ela não aponta de modo extensional para referentes estabelecidos *a priori*, mas cria(ria?) esses referentes, razão pela qual os autores propõem tratá-los como objetos de discurso (OD) e não como objetos do mundo.

Conforme Mondada (1994:420), os objetos de discurso são

constitutivamente discursivos, e como tal [...] gerados na produção discursiva [...] é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados, os objetos de discurso não lhe preexistem e não têm uma estrutura fixa, mas ao contrário emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.

Com essa visão processual da referência, por isso mesmo, referenciação, afirmam-se a dinamicidade e a indeterminação do processo referencial. Negam-se, assim,

² Conforme síntese de Xavier (2001: p.168), “trata-se de lingüistas da Universidade de Freiburg (Alain Berrendonner, Marie-José Reichler-Béguelin, Françoise Zay, Denis Apotheloz, Laurence Benetti, Catherine Chanet e Jöel Gapany), que entre os anos de 1991 e 1994 desenvolveram projeto de pesquisa sobre referenciação, tendo mantido estreito contato com o projeto “A anáfora e seu Tratamento” realizado pelo *Réseau Cognosciences Est*, do qual participaram Michel Charolles e Georges Kleiber. Com a mesma orientação trabalham Laurence Kister, Lorenza Mondada e Danière Dubois. Todos esses pesquisadores tiveram os resultados de seus trabalhos de pesquisa publicados no livro *Du Sintagme Nominal aux Objets-de-Discours* organizado por Berrendonner & Reichler-Beguelin (1995)”.

os pilares em que se assentam os estudos tradicionais da referência, retirando a questão do âmbito meramente semântico, e deslocando-a para um domínio pragmático e sócio-cognitivo. Esses estudos – apesar de possíveis variações mais particulares – talvez possam ser resumidos por duas teses desenvolvidas em Marcuschi (2001). (i) “A noção de verdade como correspondência é irrelevante para o processo referencial”; (ii) “A referenciação na relação face a face [e na enunciação escrita, como é acrescentado pelo autor em outro ponto do texto] é fruto de atividade colaborativa e não de simples convenção linguística”.

Com isso, quebram-se a extensionalidade, a vericondicionalidade e o realismo na determinação do processo referencial. Abandonam-se, a um só tempo, o essencialismo e o convencionalismo, trazendo-se o princípio da interação para o interior da atividade referencial³. No limite, mexem com a LT, já que a discussão sobre a referência impulsiona um deslocamento da reflexão do espaço coesão/coerência em que o texto era refletido, fazendo-se pensar cada vez mais num macro-processamento cognitivo dos textos. Também é verdade que, pelo modo como a questão da referência é ora tratada no interior da LT, o campo tem se colocado como possibilidade de diálogo para estudos de base semântica, neurolinguística e sociolinguística, dentre outros.

3. Articulando a intercalação e a referência

Para tentar relacionar intercalação e referência, enfatizarei pontos dos dois tópicos anteriores. O ponto específico pelo qual retomarei daqui em diante minhas considerações sobre as intercalações será o modo como as redefino: a intercalação é o resultado de uma interposição do sujeito. Ao se interpor, o sujeito suspende a enunciação – interceptando o propósito enunciativo mais geral de seu texto –, toma a palavra e remete-a, por assim dizer, a outro lugar.

Com base nesse caráter remissivo das intercalações (ou, para ser mais cuidadosa, com base nesta minha tentativa de interpretar as intercalações por via do conceito de referência), vou retomar pontos dos estudos mencionados, para propor-lhes um deslocamento, de modo a poder analisar as intercalações no âmbito dessas discussões.

- Interessa-me a idéia de referência no sentido mais clássico de movimentos referenciais retrospectivos e prospectivos, com o diferencial de que não tratarei as intercalações como anáforas ou catáforas, mas como sinalizações textuais, como postula Koch (1998), ao tratar de certos mecanismos organizadores do texto, os quais efetuam remissões, alusões e dêixis textuais.

- Interessa-me, também, a reinterpretação dos referentes como objetos de discurso, com o diferencial de que despreferiria a idéia de construção, preferindo pensar em perspectivação, focalização, para ser coerente com o tipo de fenômeno com que

³ Num pequeno texto que escrevi recentemente, chamei a atenção justamente para o fato de as pesquisas sobre referenciação negarem o essencialismo e o convencionalismo na determinação do processo referencial (BARROS, 2001).

trabalharei e para ser, no fundo, coerente também com esses estudos que não deixam de reconhecer que os referentes não são construídos *ab ovo*.⁴

Propostos esses dois deslocamentos, irei justificá-los em maiores detalhes, discutindo alguns dados. Mas, antes, permita-me o leitor sustar, por um parágrafo, esse propósito, pois preciso fazer remissão (remissão!) a um texto que li quando já estava com esta reflexão em curso. Trata-se de um artigo de Edwiges Morato, publicado no *Caderno de Estudos Lingüísticos* nº. 41, cujo título é *(In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação anti-referencialista dos processos enunciativos* (p.55-74), no qual a autora discute, dentre outras questões importantes, o caráter metaenunciativo da referenciação, indo de encontro a uma postura clássica dentro dos estudos neurolingüísticos, aquela que relaciona afasia a uma defasagem de ordem metalingüística. A posição de Morato em relação a uma associação da referência à metaenunciação (“Enquanto atividade discursiva, a referenciação tem a ver com uma postura metaenunciativa” (MORATO, 1999)), parece mostrar, de modo invertido, meu interesse aqui: quero interpretar fenômenos metaenunciativos como referenciadores. Poderia a esta altura citar Morato e inverter a ordem de minha preocupação, mas não o farei, por duas razões: meus objetivos, são, no fundo, com as intercalações e não com a referência; promoverei algumas dilatações de caráter propositivo e experimental e não quero que isso seja associado à reflexão madura da autora. Assim, voltarei ao meu plano de origem (leia-se de começo), que é interpretar as intercalações por uma teoria de referência.

3.1 Dos movimentos referenciais

É comum atribuir-se às notas de rodapé a propriedade de fazer referências (num sentido não trabalhado de referência) ao exterior do texto, mas devo esclarecer aqui que, do modo como estou interpretando a referência, proponho que não são apenas as notas que o fazem e sim todas as intercalações: mesmo quando a indicação não é declarada, trata-se de um ato, mais explícito ou menos explícito, de referenciar. Essa referenciação é feita de duas formas: do interior ao exterior do texto (as intercalações diversas, feitas pelo autor) e do exterior ao seu interior (as notas feitas por tradutores e comentadores – autores segundos?).

Deter-me-ei agora apenas nas remissões efetuadas pelo autor do texto. Em termos de direcionamento específico, essa remissão pode voltar-se ao próprio sujeito ou ao outro (não se resume o alcance desse termo ao outro empiricamente marcado). Nas intercalações, que se voltam sobre o eu, pode-se ter a indicação clara de que se assume

⁴ Não é uma crítica, é porque, como se diz no Nordeste, “não me garanto”. O tipo de fenômeno com que trabalho e os fundamentos em que me baseio não me autorizam. Ademais, morro de medo de, ao dizer, os objetos são criados, o leitor retirar do bolso Rei Salomão, Mikhail Bakhtin, Michel Shineider e Sírio Possenti e me insultar lembrando que *Nada de novo haverá sob o sol*, que *Só o Adão pensa ser suas as palavras que enuncia*, que *Só há um texto, o resto é plágio*, ou que *O que sobra é uma questão de como*.

ou se nega uma posição, e isso pode ser devidamente identificado pelas marcas de primeira pessoa, como no caso abaixo:

(1) [Dascal e Katriel] defendem a posição – que é também a minha – de que as digressões permeiam toda e qualquer conversação, exercendo papéis definidos tanto na sua regulamentação quanto na sua sustentação, e assim contribuem para ela de modo substantivo, sendo, pois, extremamente importantes do ponto de vista interacional. (KOCH, 1999, p.82).

Mas pode também vir sem essas marcações, como no caso abaixo, em que está claro que o autor sente-se pressionado a antecipar uma justificativa para o fato de haver citado Pascoal várias vezes no mesmo texto. Não é necessário um eu para que se veja que tal interposição volta-se sobre o próprio sujeito:

(2) Les Provinciales de Pascal [outra vez, mas em Retórica ele é inevitável!] constituem uma bela ilustração; exatamente onde seus amigos jansenistas esperavam uma argumentação técnica, que não deixaria de ser pesada, Pascal retoma as mesmas idéias em forma de panfleto irônico [...] (REBOUL, 2000, XVI-XVII).

Há ainda interposições em que a posição do eu é disfarçada por uma marcação desviante, o que pode ter a ver (não apenas!) com preservar a face:

(3) Ducrot, Benveniste, ainda dentro do Estruturalismo [dizem que eles nunca conseguiram sair desta posição], já apontavam possíveis marcas pelas quais o sujeito se mostra no texto. (BARROS, 2002).

Variadas são, também, as formas de fazer remissão ao outro (como dar voz ao outro). No dado a seguir, a nota aponta leituras e autores diferentes sobre um assunto tratado, o que é muito comum em textos acadêmicos.

(4) Aí está o que tentamos demonstrar neste capítulo (9). Inicialmente, que a argumentação existe como meio de prova distinto da demonstração, mas sem incidir na violência e na sedução. [...]. (9) Para teorias diferentes sobre a argumentação, cf. S. E. Toulmin, *The Uses of argument*, Cambridge University Press, 1958; J. –B. Grize, *De la logique à l' argumentation*, Genebra, Droz, 1982; Michel Meyer, *De la problématique*, Bruxelas, Margada, 1986, que continua Perelman, radicalizando-o. (REBOUL, 2000, p.237).

Nem sempre se trata de remissões com indicação precisa. Há casos de alusões a obras e a fatos conhecidos pelo autor que são trazidos para corroborar suas posições.

(5) Não-paráfrase e fechamento: demos numerosos exemplos disso em outros textos. (7) O. Reboul, *La Rétorique*, pp. 73-85. A paráfrase integral será por

ventura possível? Lembremos a célebre anedota: Um jesuíta envia a Roma o seguinte pedido escrito: “Pode-se fumar enquanto está orando?” Resposta: “Claro que não, é um sacrilégio”. Um colega manda outra pergunta: “Pode-se orar enquanto se está fumando?” Resposta: “Pode-se orar em todas as circunstâncias”. Na realidade, as duas perguntas não têm exatamente o mesmo sentido, e é aí que entra a retórica (REBOUL, 2001, p.233).

Essas referências não aparecem apenas na perigrafia textual. Há remissões a pensadores ou a obras que são devidamente feitas no contínuo do texto. Há alusões mais indiretas:

(6) Elas nem chegam mesmo a alterar o andamento do tópico em curso, já que visam justamente a clarificar ou corrigir algo, do contrário, poderia prejudicar a interincompreensão, fazendo, pois, com que a interação progrida de modo desejado. (Daí a possibilidade mesmo de encaixes múltiplos, como evidencia Marcuschi, 1986). (KOCH, 1999, p.89).

E também precisas indicações de leitura:

(7) E acrescenta: De fato, é no estilo, mais do que na língua, que veríamos um termo de comparação com as propriedades que Freud desvendou como sinaléticas da linguagem onírica (p.93), observando em seguida que se refere fundamentalmente a figuras de linguagem, mencionando especificamente o eufemismo, a alusão, a antífrase, a preterição, a litotes, a metáfora, a metonímia, a sínodoque e a elipse. (Ver também Leite, 1985; MacCabe, 1981; Larmore, 1981 e, a propósito da psicanálise como ciência do particular, Granger, 1967). (POSSENTI, 1988, p.44).

Além de apontar de modo mais claro para o eu ou para o outro, como nas remissões e alusões mostradas, há casos de dêixis textual, a partir dos quais, em vários pontos do texto, os autores metaenunciam ao efetuarem movimentos referenciais retrospectivos ou prospectivos. Essas sinalizações são bastante comuns em textos acadêmicos. Muitas vezes somos convidados a antecipar ou a retornar a pontos diferentes por indicações dêiticas no interior do texto.

(8) Mas, claramente, a questão da natureza é tão forte quanto a do objeto, e é por isso que em Osakabe (ver, adiante, capítulo 5) as duas questões se põem simultaneamente. (POSSENTI, 1988, p.12).

(9) Segundo eles, os resultados que se obtêm trabalhando com as metodologias baseadas em Harris, consistem geralmente na construção de classes de equivalência distribucional, interpretadas como classes de paráfrase discursiva, que manifestam a presença de invariantes. E de classes de mutação (ver, acima,

Robin a respeito de Dubois). Em resumo: uma variação [...] (POSSENTI, 1988: p.18).

Não me prolongarei nesta exposição, posto que meu objetivo é mostrar não apenas como as intercalações são, de certo modo, fenômenos de referenciação, mas também quão variadas são as formas de efetuar essa referência, dentro das instâncias a que referem. Essas variações são indícios (quase evidências empíricas) de que um texto (e não apenas o hipertexto!) é uma rede de remissões – remissões de vários tipos e em vários sentidos.

As remissões efetuadas pelas intercalações teriam a particularidade de não serem expressões referenciais, como os pronomes e outros, pois, como está claro, são fenômenos de outra natureza. Assim, reafirmo o deslocamento que propus ao tentar ver as intercalações como referenciadoras, no sentido de sinalizações textuais (remissões, dêixis) e não de anáforas ou de catáforas. Em sendo expressões sinalizadoras, as intercalações diferenciam-se mais uma vez das anáforas e catáforas porque não apenas indicam ou sugerem um objeto com o qual não coincidem espacialmente, mas contêm, em si, o objeto a que referem. A expressão referencial constitui o objeto a que faz referência.

3.2 Dos objetos de discurso

As intercalações apontam para um exterior que se materializa – real ou virtualmente – dentro de si, em seu interior. (Tratar-se-ia – como formulara Authier-Revuz, num dos mais lindos e produtivos paradoxos da lingüística moderna – de uma “exterioridade interna”). Quando se abrem parênteses ou puxam-se notas, ao mesmo tempo em que se trata de um apontamento referencial, trata-se de uma perspectivação num outro tema, num outro foco de discussão; trata-se, nomeadamente, da focalização num outro objeto de discurso: a intercalação é, por assim dizer, além de uma expressão referencial, um objeto de discurso – simultaneamente.⁵

O dado a seguir é exemplar para mostrar como subtemas vão se sobrepondo ao longo do discurso, como aspectos diferentes vão sendo perspectivados, vão se tornando temas locais, pelo comentário, pelo retorno metaenunciativo que sobre eles se faz. Além de remeter às posições do Autor ou aludir ao exterior, essas especificações constituem objetos de discurso.

(10) Tomado em si mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário para a enunciação. Existe quando é reconhecido como significante pelo conjunto dos membros da comunidade lingüística, e evoca para cada um, grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições” (p.65). **[Criar ser impossível interpretar o que Benveniste diz aqui sobre o signo**

⁵ Não posso me furtar a uma menção que seja ao trabalho de Lorenza Mondada (2001), no qual a autora discute o estatuto do tópico discursivo como um objeto de discurso.

como significando que o sentido depende da enunciação. Ao contrário, isso significa simplesmente que o sentido depende da língua, ou melhor, de um sistema do qual é parte]. E. Benveniste continua, caracterizando agora o semântico. Com esse modo, diz ele, entramos no modo de significância que é engendrada pelo discurso (fica imediatamente claro ao leitor que o que depende da enunciação é o modo de significância semântico, que, como se viu e se verá, tem a ver com referência, não com sentido). A questão, agora, é da produção de mensagens que não se reduz à sucessão de unidades, já que esta não produz sentido; “é o sentido (o “intencionado”), que se realiza e se divide em signos: havendo algo que o locutor quer dizer, esse intencionado se realizaria em signos. (POSSENTI, 2002).

Observe, leitor, como são feitas intercalações dentro de intercalações, especificações dentro de especificações, como, enfim, a enunciação é passível de ser dobrada e desdobrada (há parênteses dentro de parênteses), pondo-se em foco subtemas diferentes (embora sempre relacionados ou relacionáveis) ao longo do parágrafo. Esses subtemas são tópicos momentâneos, objetos de que fala o discurso, conforme Mondada.

Por conceber as intercalações – no sentido do conteúdo inserido e não do movimento referencial efetuado – como objetos de discurso, quero discutir a partir de agora o estatuto desses objetos de discurso constituídos por meio das intercalações. Quando introduzi os deslocamentos que gostaria de efetuar em relação à Teoria da Referenciação, para aplicá-la ao estudo das intercalações, apontei a necessidade de discutir a idéia de construção. E, para melhor fazê-lo, apresentarei algumas postulações dos próprios teóricos da LT no intuito de mostrar como a questão é tratada lá, para que, a partir disso, possa delinear minha posição.

Sobre isso, citaria inicialmente Koch (1999), pois, para a autora, o discurso constrói os objetos a que faz remissão, mas não se pode deixar de reconhecer que:

O discurso opera com uma memória compartilhada, ‘publicamente’ alimentada pelo próprio discurso (Apotheloz, Reichler-Beguelin), sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais (p. 8).

Essa mesma posição é assumida por Marcuschi (2001):

Não se pense que estou reduzindo a interação às práticas interativas. Pois isso me conduziria a um relativismo de difícil sustentação. Também convém alertar para o fato de que não estou esquecendo a complexa questão levantada pela Análise do Discurso em relação à noção de sujeito aqui implicada. Seria ingênuo postular que os sujeitos nos seus encontros sociais estariam determinando os sentidos *ab ovo*, como se fossem os primeiros a dizerem determinados conteúdos. Quando digo que a interação é a base para os processos referenciais,

pretendo que se veja a interação como ponto de convergências para a construção de referentes ou de sentidos, mas não a fonte do sentido. (p. 42).

Esse fragmento não só reafirma a necessidade de contextualizar os referentes construídos, mas também de contextualizar os sujeitos que interagem e, colaborativamente, constroem os objetos a que referem. E Marcuschi acrescenta: “É claro que existem bastidores interessantes nesta ‘arena’ interativa, tal como a história, a cultura, a sociedade, as crenças e assim por diante que se sobrepõem aos indivíduos de carne e osso” (2001: p.42). É justamente a partir disso que se sobrepõe aos indivíduos de carne e osso que quero olhar a teoria em foco daqui adiante. Isso significa transformar o pressuposto num princípio a ser explorado na análise e, assim, assentar a discussão numa outra concepção de discurso que melhor dá conta dessa postura.

Quero, neste tópico (diferentemente do anterior em que tematizei o trabalho do sujeito), inverter a ênfase, colocando na linha de frente de minhas considerações os bastidores do ato de referir, ou, para ser mais precisa, a historicidade do ato de referir. Proponho, com isso, um outro olhar para a questão da referência, tomando por base o comportamento das intercalações. Por isso, não me interessa um puxadinho teórico (para usar uma expressão engraçada de Orlandi), porque isso, no máximo, força indevidamente a teoria, fazendo-a assumir objetivos a que não se propôs; diferentemente, interessa-me um deslocamento da reflexão para um outro lugar, numa interface entre Linguística Textual e AD, especificando o modo como a questão me interessa, ou o modo adequado para tratar dos fenômenos em destaque.

Por falar neles, o leitor deve se lembrar de quando mostrei quão heterogênea é a referência feita pelas intercalações e principalmente como elas remetiam, de forma ou de outra, ao exterior, já que o que se intercala é a dispersão que emerge e constrange o dizer. Assim, se as intercalações referem, o fazem num horizonte discursivo, sendo desejável considerar a heterogeneidade deste ato de referir, por um lado, e considerar as regras historicamente elaboradas que se impõem ao sujeito que refere, por outro.

Eis mais alguns dados para continuar essa discussão.

(11) O “super-homem” existe – mas não no sentido nietzschiano de ente superior; sou o ser-homem de outro como ele é de mim: minha posição exterior (minha “exotopia”) me dá o privilégio de vê-lo como um todo. (BAKHTIN, 1979, p. 16).

(12) Poder-se-ia dizer de modo esquemático que o comentário ocidental moderno (desde, pelo menos, o Tratado teológico-político de Spinoza) se define por uma ruptura qualitativa entre o texto estudado e o texto do estudo (BAKHTIN, 1979, p.18).

(13) Convém principalmente – cremos nós – distinguir entre demonstração lógico- matemática, puramente formal e demonstração experimental na qual intervêm também outros critérios, além da validade lógica, como por exemplo

a falsificação de Karl Popper, que seria muito instrutivo comparar à argumentação. (REBOUL, 2000: p.98).

Os dois primeiros fragmentos retomam claramente o já-dito e o terceiro, embora não aponte a um passado, faz a assunção de uma posição discursiva e, portanto, uma inscrição histórica (principalmente se se pensar que a história não é apenas rememoração). Então, no que diz respeito ao ato de referir por meio de intercalações, prefiro mesmo falar de perspectivação, de focalização, sem, no entanto, perder de vista que a linguagem não é eterno repetir, nem eterno criar: é recriar a partir do que existe – é redizer, de outro modo, o que já se disse (como, aliás, dissera Bakhtin).

Como a noção de história não se resume ao heterogêneo e ao eco que ressoa ao lado de tudo o que se diz, quero considerar ainda o peso disso sobre os sujeitos que referem. Eles não apenas referem dentro de uma história, como também o fazem dentro da historicidade de uma semântica. Essa semântica exerce pressões sobre o ato de referir e – embora não o determine, inelutavelmente – condiciona o modo de referência. Nos três últimos dados, a referência feita pelas intercalações não revela apenas estratégias, mas também pressões discursivas: pressão no sentido de ter que intercalar, porque o já-dito emerge – muitas vezes – à revelia da pretensa consciência subjetiva; e pressão quanto ao modo de intercalar, já que se intercala de forma diferente conforme se esteja no contínuo textual ou na perigrafia e, ainda, conforme o gênero em que se enuncia.

Assim, o ato de intercalar – e o de referir, se o leitor aceitou a relação que propus – não se resumem ao campo da estratégia (não se resumir não deve significar excluir), tendo-se que considerar as pressões que motivam a intercalação e os modos de intercalar – bem como a referência e os modos de referir. Aqui, o leitor poderia retrucar dizendo que tal ocorre com a referência feita por intercalações; os outros casos, porém, não precisam ser avaliados nesta perspectiva. Acho até que essa queixa pode ser aceita, se pensarmos em desencontros referenciais ocorridos dentro de um mesmo discurso, mas, ainda assim, não teria certeza. No entanto, se pensarmos em choques referenciais que ocorrem entre discursos cujas relações são de polêmica, a questão não é assim.

Antes de fechar, por ora, essa discussão, vou tomar um caso para o leitor avaliar se tenho alguma razão. Digamos que, após o atentado de 11 de setembro de 2001, ocidentais se referissem a orientais por terroristas. Os de lá, que se dizem simplesmente esquerdistas ou religiosos, responderiam que quem lhes causa terror são os de cá; estes, por sua vez, que se dizem novos inquisidores, acham-se simplesmente investidos do poder de limpar o mundo da barbárie que os de lá representariam. Fundamentalismo de lá, fundamentalismo de cá (será que eles aceitariam que eu os designasse por fundamentalistas...), nenhum dos dois grupos reconheceria a forma como o outro o designa. Tratar-se-ia de incompreensão ou de interincompreensão? Será que um grupo colaboraria com o outro no sentido de instituírem um referente comum: (i) ambos concordariam que orientais são humildes religiosos (mesmo os de cá sabendo que as pobres mesquitas dos de lá têm os pilares assentados em *petra oleum*), (ii) ou ambos concordariam que ocidentais

são heróis em defesa da honra da nação (e os orientais deveriam entender que a honra de uma dama – ainda mais de uma *Lady* – é motivo de sobra para uma guerra – com a palavra, os troianos), (iii) ou, ainda, ambos aceitariam que são igualmente terroristas (e de que tamanho seria o atrevimento...)?

Longe de querer ser pessimista, mas sem querer também resumir esta questão ao um a um, há evidências históricas de que o acordo referencial não estaria previsto neste caso, a não ser que se resolvesse o desacordo discursivo. Mesmo que fossem duas personagens, na interação face a face, poderiam continuar a conversa, possivelmente continuariam, mas, no limite, cada um falaria do lugar de onde se encontra. Se a historicidade do ato de referir for posta na linha de frente da reflexão, ver-se-á que muitos dos equívocos que emperram a atividade referencial são choques discursivos (colisões, como as do WTC), interincompreensões que não se resolvem colaborativamente. Embora muito mais possa e deva ser dito sobre essa questão, encerro aqui a discussão, apontando a perspectiva que se abre a partir desse olhar.

4. Por uma nova perspectiva

As conclusões a que essa discussão permite chegar incidem sobre dois domínios de reflexão: os atuais estudos de referenciação e a própria Linguística Textual.

No que diz respeito aos estudos de referenciação, é preciso considerar que houve realmente um grande ganho teórico ao se assentar o processo referencial no princípio da interação e da construção dos sentidos. Toda a reflexão contemporânea, no que diz respeito ao funcionamento da linguagem, concebe as unidades lingüísticas sob a óptica da interação; mas é necessário, realmente, continuar essa reflexão, estendendo esse pressuposto à questão da referência. A Linguística Textual, neste sentido, completa um círculo importante, iniciado em diferentes lugares, por autores diversos, como Austin.

Mas não é proveitoso pensar a questão da referência apenas no âmbito das análises sócio-cognitivas, deixando a arena interativa a cargo de outros estudos (o discurso não é uma camada), pois o ato de referenciar é discursivo, é histórico e condicionado desde seu início. Devo esclarecer, contudo, que, do mesmo modo que não penso a questão no âmbito da estratégia, também não a concebo como mero resultado de choques entre os discursos, sem participação dos sujeitos que enunciam (como se postula numa AD). Não é só isso: é algo mais complexo, ambigualmente complexo. É um entremeio entre a ação e a coerção; é uma interface entre trabalho do sujeito e condicionamentos exteriores. É texto e discurso sob a mesma perspectiva.

Em suma, defendo que a ênfase na historicidade da referência poderá mostrar que nem toda ela (e muito menos a feita pelas intercalações) se resume ao campo da estratégia e, portanto, não se explica pela noção de discurso implicada nos estudos mencionados. Defendo, ainda, que a Linguística Textual ganha em acolher as discussões sobre discurso propostas pela Análise do Discurso, o que reitera sua vocação inter ou transdisciplinar, até porque os fenômenos de texto, mesmo que considerados no nível

micro, refratam a macro-estrutura dos discursos que os circundam. Este é o ponto de vista que quero desenvolver em minhas pesquisas.

5. Referências

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras Incertas – as não coincidências do dizer**. Campinas: Unicamp, 1998

BAKHTIN, M. [1952-1953]. **Estética da criação verbal**. 3ª ed. Trad. Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes. 1979.

BARROS, J. **Intercalação, (meta)enunciação e autoria: uma análise textual-discursiva da interposição**. Tese (Doutorado) em Lingüística. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2004.

_____. **Referência como construção discursiva: o anti-essencialismo não firmado em Austin**. Texto apresentado no 50º Congresso do GEL. São Paulo, 2002.

HALLIDAY & HASAN. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.

ILARI, R. **Anáfora e co-referência: por que as duas noções não se identificam**. in. KOCH, I. e MORATO, E. (Orgs.). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, nº.41. jul/dez 2001.

KOCH, I. e FÁVERO, L.L. **Introdução à Lingüística Textual**. São Paulo: Contexto, 1983.

KOCH, I. **A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional**. in. KOCH, I. e MORATO, E. (Orgs.). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, nº.41. jul/dez 2001.

_____. “Digressão e Relevância Conversacional”. In: **Cadernos de Estudos lingüísticos**. Campinas, (37): 81-91, Jul./Dez.1999.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.

MARCUSCHI, L. A. **Atos de referenciação na interação face a face**. in. KOCH, I. e MORATO, E. (Orgs.). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, nº.41. jul/dez 2001.

MONDADA, L. **Gestion du topic et organization de la conversation**. in. KOCH, I. e MORATO, E. (Orgs.). *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, nº.41. jul/dez, 2001.

MORATO, E. **(In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação anti-referencialista dos processos enunciativos**. in. KOCH, I. e MORATO, E. (Orgs.). *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, nº. 41. jul/dez, 2001.

POSSENTI, S. (1988). **Discurso, estilo e subjetividade**. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

REBOUL, O. (1998). **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone C. Beneditti. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

XAVIER, A.C. **processos de referência no hipertexto**. in. KOCH, I. e MORATO, E. (Orgs.). Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, nº.41. jul/dez 2001